TL 2855

EMBAIXADA DA REPÚBLICA DA INDONÉSIA
BRASÍLIA - DF, BRASIL

Tradução não oficial

No. : BR- 0173 IV/03/96 Brasília DF, 11 de Março de 1996

Ao
Exmo. Senhor Marco Aurelio De Souza
Vereador - PT
Câmara Municipal De Jacarei "Palácio Da Liberdade"
São Paulo - SP

C/ : 1) Presidente da Câmara Municipal De Jacarei - São Paulo
2) Governador do Estado de São Paulo

Prezado Sr.,

Gostaria de acusar o recebimento de seu Officio No. 058/01/96-CMV datado de 30 Janeiro de 1996 e ação no. 2418 datada de 7 Fevereiro de 1996 em relação a questão de Timor Leste.

Neste contexto gostaria de esclarecer as mesmas a seguir :

No dia 25 de Abril de 1974 o regime do Presidente Tomas e do Primeiro Ministro Caetano foi derrubado e os militares tomaram o poder em Portugal. Sob a liderança do General Antonio de Spíndola o novo governo decretou o retorno dos direitos civis, declarou sua intenção de realizar eleições gerais e sua determinação de mudar a política portuguesa em relação às suas colonias de alem-mar. Seguindo estas novas diretrizes o então governador e comandante militar portugues em Timor Leste, Coronel Fernando Alves Aldea fez uma declaração pública no dia 28 de Maio de 1974 na qual autorizava os povos de Timor Leste a criarem partidos políticos para decidirem seu futuro político através de um reerendo. Após a queda do governo Caetano e autorização do Coronel Aldea para a formação de partidos políticos surgiram no território : o UDT, FRETILIN, APODETI, KOTA e TRABALISTA.

Em 14 de Novembro de 1974, o coronel Aldea foi substituido pelo Coronel

Mario Lemes Peres. A afirmação de que a Indonésia ocupou o território de Timor Leste desde 1965 é totalmente infundada. Na realidade a presença Indonésia em Timor Leste só foi efetuada em Agosto de 1975.

Naquela época rumores de um golpe a ser levado a cabo por FRETILIN com o apoio de Portugal foi amplamente divulgado, levando autoridades portuguesas a deportarem dois marjores de seu próprio exercito acusados de estarem clandestinamente apioando FRETILIN. Apesar de tudo isto, no entanto, no dia 20 de Agosto de 1975 tropas armadas de FRETILIN desceram das montanhas e entraram em Dili. Forças fracamente armadas da UDT, APODETI e finalmente apoiadas pelo TRABALHISTA e KOTA, foram forçadas a lutar contra FRETILIN armado fortemente com morteiros, metralhadoras e artilharia pesada. Era o princípio da guerra civil.

Com a disseminação da luta armada milhares de residentes de Timor Leste fugiram, atravessando a fronteira para a parte oeste da ilha causando um enorme problema para a Indonésia.

Ainda assim o governo portugues não fez nenhuma tentativa de por um fim ao derramamento de sangue e ao caos político na região. Ao invés disto, em 26 de Agosto de 1975, o Governador e outros oficiais Portugueses abandonaram seus postos em Dili e fugiram para a ilha de Atauro localizada a 20 kms do Porto de Dili.

Em questão de semanas abandonaram todos os postos deixando um vácuo total naquela região colonizada por Portugal por mais de 450 anos. Sem nenhuma autoridade que pudesse por um fim ao derramamento de sangue, o FRETILIN aumentou seu reino de terror, usando o poder de armamento fornecido por Portugal. Esta situação de agressão continuou por mais três anos.

De fato, a Indonésia, mesmo sendo somente observadora, apoiou todos os esforços do governo Portugues no processo de descolonização e reafirmou várias vezes sua intenção de cooperar com Portugal para a implementação de um pacífico e ordeiro processo de descolonização.

Em Novembro de 1975, três meses após o abandono irresponsável de Portugal, os Ministros das Relações Exteriores dos dois países se encontraram em Roma, e a Indonésia solicitou uma vez mais que Portugal retornasse a Timor Leste para completar a processo de descolonização pacíficamente e ordeiramente. Portugal, no entanto, uma vez mais não cumpriu sua promessa.

Prezado Sr.,

É importante mencionar tambem o fato de que a Indonésia solicitou as Nações Unidas que supervisionasse e monitorasse a situação, oferecendo-se para criar uma comissão composta de 4 países para restaurar a ordem na colonia. A comissão seria composta de representantes de Portugal, Australia, Indonésia e Malásia. Esta tentativa no entanto tambem foi rejeitada por Portugal. Assim, uma minoria, ajudada e incentivada pelas antigas autoridades coloniais começaram um reino de terror que afundou o território num caos e sofrimento entre Agosto e Novembro de 1975.

O fato é que Portugal abandonou o território no meio de uma guerra civil e contribuiu para o sofrimento e confusão que se criou, pois clandestinamente entregou armas e munições para FRETILIN. Sem qualquer sombra de autoridade em Timor Leste, a guerra civil continuou sua devastaçào causando o massivo fluxo de milhões de refugiados para o território indonésio de Timor Oeste criando sérios problemas políticos, econômicos, sociais e de segurança para a Indonésia. O país que não estava envolvido desde então foi obrigado pelas circunstancias a ter que lidar com as consequências de uma fuga maciça de 40.000 timorenses que se refugiaram na parte oeste da ilha.

Foi então, depois de todos estes eventos, que a Indonésia foi vagarosamente e inexoravelmente arrastada para esta tragedia que envolvia o Timor Leste. A Indonésia na realidade só se envolveu após a solicitação específica de representantes dos 4 maiores partidos políticos que não consideravam possível qualquer acordo com as antigos colonizadores, já que não existia nenhum poder administrativo representando a vontade da maioria do povo de Timor Leste, e não pelo uso da força, mas simplesmente para restaurar a condição de paz e um processo justo de descolonização. Esta situação foi levada a cabo quando no dia 31 de Maio de 1976 a Assembleia do povo de Timor Leste, que foi legítimamente eleita, formalmente solicitou ao governo Indonésio sua integração. O governo indonésio por sua parte, considerando suas provisões constitucionais e normas legais, incluindo um despacho de uma missão parlamentar que foi enviada ao território, aceitou em 17 de Julho de 1976, a petição do povo de Timor Leste para sua independencia através da integração com a República da Indonésia.

O subsequente envolvimento da Indonésia portanto, pode ser sómente focalizado sob o ponto de vista de que, respondeu, ainda que o mais restritamente possível, à uma caótica e trágica circuntância que desafortunadamente acompanhou o processo de descolonização em Timor Leste. Assim antes de estar "interrompendo o processo de

descolonização" ou de "anexar, invadir e ilegalmente ocupar" um estado independente, como algumas más linguas preferem acusar, o envolvimento da Indonésia em Timor Leste foi, ao contrário, o de contribuir para o processo de descolonização do território, "inter alia", de ajudar o desejo democráticamente expresso pela maioria da população que não queria ser subjugada pelo terror armado e a imposição unilateral de uma pérfida minoria.

Por isto, Sr. Souza, se posso expressar minha opinião sobre a questào de Timor Leste, não foi povo que expulsou Portugal, nem foi a Indonésia que levou o colonizador a deixar a província. A dicisão de abandonar o povo timorense em meio a uma guerra civil foi tomada por Portugal. Foi o próprio poder colonizador que depois de sentir o peso de seus erros e com a intenção de escapar às suas responsabilidades decidiu arrumar suas malas e partir para qualquer lugar e para sempre esquecer Timor Leste.

Depois de 19 anos nos quais o povo de Timor Leste escolheu sua integração com seus irmãos de sangue e terem vivido com orgulho e felicidade, Portugal uma vez mais, aparece através de seu governo querendo destruir todos os anos de desenvolvimento vividos no seio da nação Indonésia.

Nós sinceramente estendemos à Portugal nossa intenção de harmonia e amizade. Depende de Portugal ser merecedor de seu prestígio como grande descobridor, e reconhecer nossas sinceras intenções e marchar conosco para o futuro.

Esta atitude de meu governo, no entanto, tem como pre-requisito que Portugal manifeste sua sinceridade para o espírito de diálogo. Nós nunca nos recusamos a dialogar e chegar a um acordo com Portugal. Apesar da posição desfavorável de Portugal durante a votação da questão de Timor Leste durante a Assembleia Geral da ONU em 1982, a Indonésia concordou com o apelo do então Secretário Geral da ONU, Sr. Javier Perez de Cuellar, para o começo de um diálogo com Portugal sob os auspícios do mesmo. O propósito da referida negociação seria o de encontrar uma solução pacífica, compreensiva e internacionalmente aceita durante o mandato do Secretário Geral via diálogo ao invés de continuar com debates estéreis na Assembleia Geral. Este diálogo tem sido construtivo dentro de um contexto geral já que tem contribuido para remover quaisquer desentendimentos do passado e para resolver questões humanitárias pendentes.

Resumindo, a Indonésia acredita que qualquer tentativa de resumir o diálogo deve permanecer um esforço a ser pessoalmente conduzido pelo Secretário Geral das

Nações Unidas ou alguém por ele designado e não se tornar um esforço de mediação por parte de terceiros. Deve também se manter estritamente dentro do contexto tripartite.

Gostaríamos ainda de informar ao distinto deputado que uma 7a reunião foi realizada em Londres no dia 16 de Janeiro de 1996, entre os Ministros das Relações Exteriores de Portugal, Jaime Gama e da Indonésia, Ali Alatas para discutirem a questão de Timor Leste. Os dois países têm realizado reuniões sob os auspicios de Secretário Geral da ONU, Boutros-Boutros Ghali para encontrar uma solução justa, compreensiva e internacionalmente aceita para o questão de Timor Leste. Os dois ministros concordaram na promoção e preservação da identidade cultural do povo timorense e o possível reatamento das relações bilaterais entre Indonésia e Portugal.

Os ministros tambem concordaram com a ideia proposta pelo Secretário Geral da ONU, na qual ele se propõe a facilitar e promover uma nova reunião a ser realizada em Geneva no dia 29 de Junho de 1996.

As mortes atribuidas a invasão indonésia foram, na realidade causadas por doenças como a tuberculose, malaria, etc. que afetaram os refugiados timorenses durante sua tentativa de escapar à guerra civil.

Agradeço pela valiosa atenção de V. Excia e subscrevo-me.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA DA INDONÉSIA
BRASÍLIA - DF

Atenciosamente,

Djoko Santoso
Encarregado do Departamento de Informação